Simulado Final

STM

Técnico Judiciário – Área Administrativa

Agente da Polícia Judicial

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final STM (Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

*1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativa - Agente da Polícia Judicial** do **STM**;*

2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;

3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;

*4 - Os participantes têm das **8:00h** às **13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

https://forms.gle/PenQrowNcwahXFCq7

01 - Ⓒ Ⓔ	16 - Ⓒ Ⓔ	31 - Ⓒ Ⓔ	46 - Ⓒ Ⓔ	61 - Ⓒ Ⓔ	76 - Ⓒ Ⓔ	91 - Ⓒ Ⓔ	106 - Ⓒ Ⓔ
02 - Ⓒ Ⓔ	17 - Ⓒ Ⓔ	32 - Ⓒ Ⓔ	47 - Ⓒ Ⓔ	62 - Ⓒ Ⓔ	77 - Ⓒ Ⓔ	92 - Ⓒ Ⓔ	107 - Ⓒ Ⓔ
03 - Ⓒ Ⓔ	18 - Ⓒ Ⓔ	33 - Ⓒ Ⓔ	48 - Ⓒ Ⓔ	63 - Ⓒ Ⓔ	78 - Ⓒ Ⓔ	93 - Ⓒ Ⓔ	108 - Ⓒ Ⓔ
04 - Ⓒ Ⓔ	19 - Ⓒ Ⓔ	34 - Ⓒ Ⓔ	49 - Ⓒ Ⓔ	64 - Ⓒ Ⓔ	79 - Ⓒ Ⓔ	94 - Ⓒ Ⓔ	109 - Ⓒ Ⓔ
05 - Ⓒ Ⓔ	20 - Ⓒ Ⓔ	35 - Ⓒ Ⓔ	50 - Ⓒ Ⓔ	65 - Ⓒ Ⓔ	80 - Ⓒ Ⓔ	95 - Ⓒ Ⓔ	110 - Ⓒ Ⓔ
06 - Ⓒ Ⓔ	21 - Ⓒ Ⓔ	36 - Ⓒ Ⓔ	51 - Ⓒ Ⓔ	66 - Ⓒ Ⓔ	81 - Ⓒ Ⓔ	96 - Ⓒ Ⓔ	111 - Ⓒ Ⓔ
07 - Ⓒ Ⓔ	22 - Ⓒ Ⓔ	37 - Ⓒ Ⓔ	52 - Ⓒ Ⓔ	67 - Ⓒ Ⓔ	82 - Ⓒ Ⓔ	97 - Ⓒ Ⓔ	112 - Ⓒ Ⓔ
08 - Ⓒ Ⓔ	23 - Ⓒ Ⓔ	38 - Ⓒ Ⓔ	53 - Ⓒ Ⓔ	68 - Ⓒ Ⓔ	83 - Ⓒ Ⓔ	98 - Ⓒ Ⓔ	113 - Ⓒ Ⓔ
09 - Ⓒ Ⓔ	24 - Ⓒ Ⓔ	39 - Ⓒ Ⓔ	54 - Ⓒ Ⓔ	69 - Ⓒ Ⓔ	84 - Ⓒ Ⓔ	99 - Ⓒ Ⓔ	114 - Ⓒ Ⓔ
10 - Ⓒ Ⓔ	25 - Ⓒ Ⓔ	40 - Ⓒ Ⓔ	55 - Ⓒ Ⓔ	70 - Ⓒ Ⓔ	85 - Ⓒ Ⓔ	100 - Ⓒ Ⓔ	115 - Ⓒ Ⓔ
11 - Ⓒ Ⓔ	26 - Ⓒ Ⓔ	41 - Ⓒ Ⓔ	56 - Ⓒ Ⓔ	71 - Ⓒ Ⓔ	86 - Ⓒ Ⓔ	101 - Ⓒ Ⓔ	116 - Ⓒ Ⓔ
12 - Ⓒ Ⓔ	27 - Ⓒ Ⓔ	42 - Ⓒ Ⓔ	57 - Ⓒ Ⓔ	72 - Ⓒ Ⓔ	87 - Ⓒ Ⓔ	102 - Ⓒ Ⓔ	117 - Ⓒ Ⓔ
13 - Ⓒ Ⓔ	28 - Ⓒ Ⓔ	43 - Ⓒ Ⓔ	58 - Ⓒ Ⓔ	73 - Ⓒ Ⓔ	88 - Ⓒ Ⓔ	103 - Ⓒ Ⓔ	118 - Ⓒ Ⓔ
14 - Ⓒ Ⓔ	29 - Ⓒ Ⓔ	44 - Ⓒ Ⓔ	59 - Ⓒ Ⓔ	74 - Ⓒ Ⓔ	89 - Ⓒ Ⓔ	104 - Ⓒ Ⓔ	119 - Ⓒ Ⓔ
15 - Ⓒ Ⓔ	30 - Ⓒ Ⓔ	45 - Ⓒ Ⓔ	60 - Ⓒ Ⓔ	75 - Ⓒ Ⓔ	90 - Ⓒ Ⓔ	105 - Ⓒ Ⓔ	120 - Ⓒ Ⓔ

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

https://coruja.page.link/5JZQ

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

TEXTO:

Blefes

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e portanto de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. No texto, afirma-se que, no pôquer, o comportamento emocional dos jogadores não é necessariamente revelado, pois as emoções podem ser escondidas sob uma aparência impassível.

2. Segundo o texto, o blefe, dentro e fora do pôquer, é uma prática considerada igualmente válida e aceitável, pois se baseia na habilidade de dissimular.

3. De acordo com o texto, é possível ao jogador experiente identificar o blefe do adversário por meio de pequenos sinais físicos ou por uma leitura profunda de sua alma.

4. Conforme o texto, o blefe no pôquer é uma prática desonesta e malvista, aceita apenas por jogadores de caráter duvidoso.

5. Na oração "Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer", o termo "do que um jogador de pôquer" exerce a função de complemento do vocábulo "melhor".

6. A oração destacada em "**Porque sabe que está rodeado de fingidos**, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...", expressa um valor de causa em relação à oração subsequente.

7. No trecho "...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro", a oração iniciada por "embora" expressa uma ideia de concessão e exerce função adverbial.

8. No trecho "...o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando...", o verbo "distinguir" exige apenas um complemento.

9. No trecho "o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha...", o uso da preposição "por" indica causa.

10. A expressão "poker face", usada no texto, designa de forma literal a face de quem joga pôquer.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

11. O uso do acento indicativo de crase em "A felicidade está ligada à maneira como cada um interpreta suas experiências." é obrigatório, pois "à maneira" é uma locução feminina.

12. Em "Embora os vínculos sociais não garantam felicidade permanente, há evidências de que contribuem para uma vida mais satisfatória", o vocábulo **embora** expressa uma ideia de concessão, ou seja, contrapõe-se ao conteúdo da oração principal, sem anulá-lo.

13. Considere o seguinte trecho:

"A pesquisa indicou que, quando os vínculos afetivos são fortes, as pessoas tendem a apresentar maior satisfação com a vida."

A vírgula empregada logo após o termo "que" poderia ser suprimida sem prejuízo da correção gramatical do período.

14. Em "Há inúmeros motivos que explicam o aumento da ansiedade na população jovem", a forma verbal "há" pode ser substituída por "existem", sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência textual.

15. Em "Era necessário que se estabelecesse um acordo entre as partes envolvidas", a colocação da partícula "se" antes do verbo "estabelecesse" justifica-se pela presença do vocábulo "que", que exige o uso da ênclise.

16. A substituição da forma "envolvidos" por "envolvidas" em "As declarações de ministros e especialistas envolvidos provocaram reações intensas" não acarretaria erro gramatical, mas alteraria o sentido da frase, pois a concordância passaria a se estabelecer com "declarações", e não mais com "ministros e especialistas".

17. A forma verbal "aprovou" poderia, sem prejuízo da correção gramatical, ser flexionada no plural — "aprovaram" em "cerca de 40% da população aprovou as novas medidas econômicas".

Com base no Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), julgue as assertivas a seguir:

18. Nas comunicações oficiais, a concisão é preferível à repetição de palavras ou expressões, mesmo que, para isso, se recorra a estruturas ambíguas ou vagas.

19. O padrão ofício, um dos modelos de comunicação administrativa previstos pelo Manual de Redação da Presidência da República, deve conter local e data.

20. Ao redigir um ofício dirigido a um ministro de Estado, deve-se utilizar o pronome de tratamento "Vossa Senhoria".

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO A LEI N. 8.457/1992, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

21. Durante o julgamento de membro das Forças Armadas acusado de crime militar, o Conselho Permanente de Justiça foi instalado com apenas três membros presentes, sendo um oficial superior e dois tenentes. Nenhum juiz federal da Justiça Militar estava presente, sob a alegação de viagem institucional previamente agendada. À luz da Lei de Organização da Justiça Militar, a instalação do Conselho, nessa hipótese é válida apenas se houver designação de juiz leigo para suprir a ausência do juiz federal da Justiça Militar.

22. Durante procedimento de apuração de conduta funcional, um servidor da Secretaria da Justiça Militar, ocupante de cargo em comissão diretamente vinculado a um Ministro do STM, foi penalizado com suspensão de 45 dias por decisão do Diretor-Geral. À luz do regime disciplinar previsto para os Serviços Auxiliares da Justiça Militar, tal sanção é válida, pois o Diretor-Geral tem competência concorrente para aplicar qualquer penalidade.

23. Durante apuração de crime militar cometido por oficial das Forças Armadas, foi designado o Conselho Especial de Justiça. Após o trânsito em julgado da sentença absolutória, surgiram provas de nulidade processual e o Tribunal superior determinou a reabertura do processo com a realização de nova diligência. Diante disso, o Conselho Especial anterior deve obrigatoriamente ser recomposto com os mesmos membros.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO O REGIMENTO INTERNO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

24. O relator de um Habeas Corpus impetrado em favor de militar preso preventivamente apresentou relatório oral durante sessão do Conselho, dispensando a publicação em pauta no Diário da Justiça Eletrônico. Um dos membros da defesa protestou, sustentando cerceamento de defesa por ausência de publicação prévia. À luz do regime processual da Justiça Militar, tal protesto é procedente, salvo se o Habeas Corpus tiver caráter liminar.

25. Durante a tramitação de um novo feito no Superior Tribunal Militar, um dos Ministros identificou incompatibilidade entre a jurisprudência consolidada em Súmula anterior e as novas diretrizes interpretativas firmadas pelo Supremo Tribunal Federal. Diante disso, propôs a revisão da súmula vigente. De acordo com o Regimento Interno, é correto afirmar que qualquer Ministro pode propor a revisão da jurisprudência sumulada, com possibilidade de sobrestamento do feito, se conveniente.

26. Durante a fase de execução de um acórdão proferido pelo Plenário do STM, a defesa alega nulidade da decisão sob o fundamento de que o acórdão foi assinado apenas pelo Ministro que presidiu a sessão, sem subscrição do relator ou relator para o acórdão, além de ausência de publicação no Diário da Justiça Eletrônico. Segundo a norma regimental, tal alegação é procedente, pois o acórdão deve ser obrigatoriamente subscrito pelo relator ou relator para o acórdão e publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

27. Joana, servidora civil requisitada pela Justiça Militar da União, foi surpreendida com ato administrativo que determinou sua devolução ao órgão de origem. Após 140 dias da ciência oficial do ato, Joana decide impetrar mandado de segurança, alegando nulidade da decisão por ausência de motivação. À luz do disposto regimental, é correto afirmar que a impetração é admissível, desde que Joana demonstre justo motivo para a demora na propositura da ação.

28. Carlos, oficial das Forças Armadas, foi declarado indigno para o oficialato por decisão proferida em Representação para Declaração de Indignidade (RDI), com base em sentença penal condenatória transitada em julgado na Justiça Militar da União. Anos depois, essa sentença foi revista e substituída por absolvição definitiva. À luz do Regimento Interno, é correto afirmar que Carlos poderá ingressar com Revisão Judicial – RDII, tendo como fundamento a superveniente absolvição na esfera penal.

29. Após sentença penal transitada em julgado que condenou um oficial das Forças Armadas à pena privativa de liberdade de quatro anos por crime comum, o Ministério Público Militar deixou de instaurar qualquer procedimento para apuração disciplinar. Passados dois anos da condenação, foi arguida a nulidade do cargo por manutenção indevida de oficial em situação de indignidade funcional. À luz da norma de regência, é correto afirmar que o Tribunal deve, de ofício, instaurar processo de indignidade sempre que houver condenação penal superior a dois anos.

30. Durante inspeção em um Conselho Permanente de Justiça, o advogado de um réu militar identificou irregularidades processuais reiteradas e formulou petição, indicando ofensa à normalidade institucional da jurisdição. Nos termos da norma regimental, o procedimento correto a ser seguido nessa hipótese é endereçar a petição diretamente ao Presidente do STM, que mandará autuá-la como Representação no Interesse da Justiça Militar, podendo decidir diretamente, no âmbito de suas competências, ou submeter a matéria ao Plenário, se assim entender.

31. Durante seu mandato, o Vice-Presidente do Superior Tribunal Militar solicitou licença por motivos particulares pelo prazo de 120 dias. A Presidência deferiu o afastamento, sem apreciação pelo Plenário. Diante da omissão, um Ministro suscitou dúvida quanto à manutenção da legitimidade do mandato. Nos termos da norma regimental, é correto afirmar que o mandato do Vice-Presidente está automaticamente extinto, por ter ultrapassado 90 dias de licença sem que o motivo fosse de saúde.

LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO). LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006 (CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO

Rodrigo Bet

32. A posse em cargo público poderá ser realizada por meio de procuração genérica, desde que contenha poderes amplos para representação do outorgante.

33. O exercício consiste no efetivo desempenho das atribuições do cargo público e deve ter início no prazo de até quinze dias, contados da data da posse.

34. A readaptação ocorre quando é invalidada a demissão de servidor estável por decisão judicial ou administrativa, garantindo sua reinvestidura no cargo anteriormente ocupado, com direito à restituição de todas as vantagens.

35. É obrigatória a assistência de advogado em qualquer processo administrativo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, garantindo-se ao administrado o pleno exercício da ampla defesa.

36. É permitida a delegação da edição de atos normativos e da decisão de recursos administrativos, desde que não haja vedação expressa em lei específica.

37. Após a conclusão da instrução de processo administrativo, a Administração Pública dispõe do prazo de até trinta dias para proferir decisão, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja motivação expressa.

38. A existência de amizade íntima ou inimizade notória entre a autoridade administrativa e um dos interessados configura hipótese de impedimento e a autoridade deve ser afastada e não pode atuar no processo.

39. É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente até o terceiro grau, inclusive, de magistrado para cargo em comissão ou função comissionada no mesmo tribunal, salvo se a pessoa nomeada for ocupante de cargo efetivo do Judiciário, hipótese em que a restrição se limita a atuar diretamente com o juiz que gera a incompatibilidade.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

40. No contexto da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020, o Tribunal implantou uma nova política de escuta ativa e deliberação conjunta entre servidores, magistrados e usuários externos, promovendo ações integradas de diagnóstico institucional. Tal iniciativa está diretamente associada ao princípio da cooperação horizontal, que exige sempre a presença de autoridades máximas do Judiciário na deliberação.

41. Durante treinamento interno, servidores do Tribunal foram instruídos a considerar que condutas de assédio deveriam ser analisadas exclusivamente com base em intenções pessoais do agente, desconsiderando fatores estruturais e aspectos da organização do trabalho. Segundo as diretrizes da Resolução CNJ nº 351/2020, essa orientação está incorreta, pois a análise de assédio deve levar em conta aspectos socioculturais, organizacionais, institucionais e individuais.

42. Durante inspeção administrativa, apurou-se que, em determinado setor do Tribunal, a chefia imediata ignorava sucessivas denúncias de condutas desrespeitosas entre membros da equipe, alegando que "não se mete em conflito interpessoal", pois sua função se limitaria à supervisão técnica. À luz da Resolução CNJ nº 351/2020, tal postura é compatível com a função técnica do gestor, já que conflitos interpessoais devem ser resolvidos exclusivamente entre os envolvidos.

43. Em um caso de denúncia de assédio moral, após tentativa inicial de mediação, o servidor denunciante manifestou, por escrito, entender que a resolução consensual era inviável e solicitou a remessa da notícia à autoridade competente. À luz da Resolução CNJ nº 351/2020, essa solicitação é legítima, e autoriza o encaminhamento imediato à autoridade competente, inclusive para apuração disciplinar.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

44. Na composição dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS), cada órgão deve selecionar, no mínimo, todos os indicadores presentes no Anexo da referida norma.

45. Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável (PLS) e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações na periodicidade que for conveniente.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

46. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

É obrigatório efetivar a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência, garantindo-lhes o pleno acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

47. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Os(as) servidores(as) com deficiência poderão solicitar a inclusão dos símbolos internacionais de acessibilidade em suas carteiras de identidade funcional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

48. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

Para que haja a caracterização de improbidade administrativa, a violação ao princípio da legalidade não pode ser genérica, devendo estar relacionada a condutas previstas em dispositivos específicos da lei.

49. Em relação à Lei de Improbidade Administrativa n.º 8.429/1992, julgue o item subsequente.

A celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais configura ato de improbidade administrativa que resulta em enriquecimento ilícito.

50. A respeito da ética na função pública, julgue o item seguinte.

Toda ausência do servidor de seu local de trabalho, quando injustificada, constitui elemento de moralização do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivo Martins

51. Olavo, cidadão de Portugal, tripulante de um navio da marinha mercante brasileira, que partira de Santos e navega pelo Oceano Atlântico, em alto-mar, com destino à Haia, na Holanda, agride um outro tripulante, de nacionalidade peruana, desferindo-lhe socos, que o ferem levemente.

Diante do caso narrado, aplica-se a Bernardo a legislação penal brasileira, pois o local onde ocorreu o crime é considerado território nacional por extensão. (C/E)

52. Durante o estado de calamidade pública decretado em decorrência de uma pandemia, foi promulgada a Lei X, com vigência temporária, que tipificava como crime a elevação abusiva de preços de produtos essenciais à saúde pública. Marcelo, comerciante local, praticou tal conduta enquanto a lei estava em vigor, mas sua denúncia ocorreu após o término da vigência da referida norma.

Com base nos princípios que regem a lei penal excepcional e temporária e na contagem de prazo penal, Marcelo não poderá ser processado, pois, com o término da vigência da lei temporária, não há mais respaldo jurídico para a persecução penal. (C/E)

53. No crime de homicídio, o Código Penal dispõe que a pena será agravada se o crime for praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança. (C/E)

54. Caracteriza um infanticídio a morte do filho pela mãe, durante o parto ou logo após, sob efeito do estado puerperal. (C/E)

55. Não se considera consumado o crime de latrocínio quando o agente, ao buscar subtrair o bem, mata a vítima sem, todavia, levar o bem que queria obter. (C/E)

56. Durante uma ocorrência envolvendo agressão física em um bairro residencial, Igor, policial militar, atendeu a vítima, que apresentava sinais visíveis de lesão corporal. Ao registrar o boletim de ocorrência, ele destacou que seria necessário realizar um exame de corpo de delito para confirmar a natureza e extensão das lesões. Nessa situação, de acordo com o Código de Processo Penal, o exame de corpo de delito é obrigatório, salvo se não houver vestígios. (C/E)

57. O Código de Processo Penal estabeleceu, em relação às provas, que é proibida a entrada em locais isolados, bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte da autoridade policial responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização. (C/E)

58. Com relação ao exame de corpo de delito, a cadeia de custódia e as perícias em geral, segundo dispõe o Código de Processo Penal, é dado prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher; crime que envolva violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência; e, por fim, crime que envolva violência resultante de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (C/E)

59. Durante um patrulhamento, Gustavo, policial civil, avistou um sujeito tentando arrombar a porta de um imóvel. O suspeito foi detido no momento da tentativa de invasão. O seu flagrante é considerado um flagrante impróprio. (C/E)

60. Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre sua escolaridade, a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa. (C/E)

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

61. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na formação de uma equipe de segurança de dignitários, o agente designado para a função de "ponta" deve posicionar-se à frente do protegido, sendo responsável por abrir caminho e identificar possíveis ameaças no trajeto, enquanto o agente designado como "cobertura" deve posicionar-se atrás do protegido, sendo o último a deixar o local.

62. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método MOSAIC (Method of Security Analysis and Information Collection) considera apenas ameaças diretas ao protegido, desconsiderando fatores ambientais e comportamentais do próprio dignitário como elementos de vulnerabilidade.

63. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No planejamento de contingências para segurança de dignitários, a elaboração de rotas alternativas deve considerar apenas o trajeto principal e uma rota secundária, sendo desnecessário o estabelecimento de mais opções, pois isso poderia comprometer a eficiência da operação.

64. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na classificação dos graus de risco para segurança de dignitários, o nível "Baixo" indica ausência de ameaças concretas, dispensando a necessidade de escolta armada e permitindo que o protegido circule sem restrições em ambientes públicos.

65. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na técnica de formação em "cápsula" para proteção de dignitários, os agentes devem manter distância uniforme entre si e em relação ao protegido, independentemente das características do ambiente, para garantir a integridade do perímetro de segurança.

66. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No gerenciamento de crises envolvendo dignitários, a fase de "manejo de emergência" ocorre após a "resposta imediata" e antes do "plano específico", sendo caracterizada pela estabilização da situação e avaliação preliminar dos danos.

67. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na direção defensiva aplicada à segurança de dignitários, a técnica de "frenagem de emergência" deve ser executada com o veículo em linha reta, mesmo que isso implique em colisão com obstáculos à frente, pois a prioridade é evitar manobras bruscas que possam desestabilizar o veículo.

68. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No uso diferenciado da força na proteção de dignitários, o princípio da proporcionalidade estabelece que a intensidade da força empregada deve ser diretamente proporcional à ameaça identificada, enquanto o princípio da necessidade determina que a força só deve ser utilizada quando outros meios menos lesivos forem ineficazes.

69. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na organização do posto de comando para operações de segurança de dignitários, a estrutura deve ser centralizada em um único local físico, com todos os coordenadores presentes, para facilitar a comunicação e evitar falhas de transmissão de informações entre as equipes.

70. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na defesa pessoal aplicada à proteção de dignitários, as técnicas de controle e imobilização devem priorizar golpes contundentes que neutralizem rapidamente o agressor, mesmo que resultem em lesões graves, pois a integridade do protegido é o objetivo primordial da operação.

71. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na análise de riscos para segurança de dignitários, o diagnóstico de vulnerabilidades deve considerar exclusivamente fatores externos ao protegido, como características dos locais visitados e histórico de ameaças, desconsiderando aspectos comportamentais do próprio dignitário.

72. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Nos perímetros táticos de segurança para proteção de dignitários, a zona de exclusão (perímetro interno) deve ser estabelecida com base em distâncias fixas predeterminadas, independentemente das características do local ou do nível de ameaça, para garantir padronização dos procedimentos.

73. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na direção ofensiva aplicada à segurança de dignitários, a técnica de "inversão de marcha em J" (J-turn) deve ser executada preferencialmente em baixa velocidade e com o veículo completamente parado antes de iniciar a manobra, para garantir maior controle durante a execução.

74. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Nas táticas de negociação em situações de crise envolvendo dignitários, o negociador deve estabelecer prazos rígidos para o atendimento das demandas dos causadores, demonstrando autoridade e controle da situação para desestimular novas exigências.

75. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No planejamento de contingências para segurança de dignitários, o componente "manejo de emergência" deve ser elaborado exclusivamente pela equipe de segurança, sem a participação do protegido, para evitar resistências às medidas restritivas necessárias em situações críticas.

76. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na aplicação de métodos de análise de riscos para segurança de dignitários, a matriz de probabilidade e impacto (também conhecida como matriz GUT - Gravidade, Urgência e Tendência) permite classificar as ameaças em níveis de prioridade, orientando a alocação de recursos de proteção.

77. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Nos primeiros socorros aplicados à segurança de dignitários, a avaliação da cena deve priorizar a remoção imediata da vítima para local seguro, mesmo antes da verificação de sinais vitais, quando houver suspeita de ameaça persistente no local do incidente.

78. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No armamento e tiro aplicados à segurança de dignitários, a técnica de "tiro instintivo" (point shooting) deve ser priorizada em todas as situações de confronto armado, por permitir resposta mais rápida que as técnicas que utilizam alinhamento de aparelhos de pontaria.

79. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

Na gestão de conflitos aplicada à segurança de dignitários, a técnica de "escuta ativa" deve ser evitada durante abordagens a pessoas hostis, pois demonstra passividade do agente e pode ser interpretada como fraqueza, estimulando comportamentos agressivos.

80. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários.

No modus operandi da segurança de dignitários, o princípio da "proteção por camadas" estabelece que as barreiras de segurança devem ser dispostas de forma concêntrica, da mais externa (menos restritiva) para a mais interna (mais restritiva), com aumento progressivo do nível de controle à medida que se aproxima do protegido.

81. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários e Segurança Institucional. Na análise de riscos para segurança de dignitários, as perdas potenciais devem ser avaliadas exclusivamente em termos de danos físicos ao protegido.

82. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários e Segurança Institucional.

Na aplicação do método MOSAIC para análise de riscos em segurança de dignitários, a fase de "Identificação de Padrões" precede necessariamente a fase de "Coleta de Informações".

83. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários e Segurança Institucional.

Na análise de riscos para segurança de dignitários, o conceito de "risco aceitável" refere-se aos riscos de baixo impacto que podem ser ignorados sem necessidade de tratamento.

84. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários e Segurança Institucional.

Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método de "Árvore de Falhas" é utilizado exclusivamente para identificar vulnerabilidades tecnológicas nos sistemas de proteção.

85. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança de Dignitários e Segurança Institucional.

No diagnóstico de segurança para dignitários, a técnica de "Perfil da Ameaça" deve considerar apenas ameaças direcionadas especificamente ao protegido, excluindo ameaças genéricas à instituição que representa.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

86. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

A segurança orgânica é um conjunto de medidas passivas destinadas a prevenir e obstruir as ações adversas contra dados, conhecimentos e materiais sigilosos de interesse da organização, sendo dispensável a análise de riscos para sua implementação eficaz.

87. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança corporativa estratégica, o princípio da compartimentação estabelece que o acesso a informações sensíveis deve ser concedido apenas àqueles que possuem a necessidade de conhecê-las para o desempenho de suas funções, independentemente do nível hierárquico.

88. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na análise de riscos em segurança orgânica, a fórmula R = A × V × I (Risco = Ameaça × Vulnerabilidade × Impacto) representa uma metodologia quantitativa que permite calcular com precisão matemática o valor exato do risco, dispensando análises qualitativas complementares.

89. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

No planejamento de contingências, o manejo de emergência e o gerenciamento de crises são etapas distintas, sendo que o primeiro se refere às ações imediatas para conter danos e o segundo às estratégias de médio e longo prazo para restaurar a normalidade operacional e a imagem institucional.

90. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança da gestão das áreas e instalações, o princípio da defesa em profundidade estabelece que as barreiras de proteção devem ser dispostas de forma concêntrica, do perímetro externo para o núcleo, com aumento progressivo do nível de segurança, sendo dispensável a redundância entre os diferentes níveis de proteção.

91. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na identificação de vulnerabilidades e ameaças, os sistemas de controle de acesso biométricos baseados em reconhecimento facial são considerados infalíveis e imunes a fraudes, representando o nível máximo de segurança disponível atualmente.

92. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança patrimonial, o conceito de perímetros de segurança estabelece que a proteção deve ser planejada em camadas, desde o perímetro externo até as áreas mais sensíveis, sendo que cada camada deve possuir controles específicos e proporcionais ao valor dos ativos protegidos.

93. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

No serviço de inteligência, a inteligência estratégica tem como foco principal a coleta de informações sobre ameaças imediatas e táticas, visando subsidiar operações de curto prazo, diferenciando-se da inteligência tática que se concentra em análises de cenários de longo prazo.

94. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na metodologia de produção de conhecimento em inteligência, o ciclo de inteligência compreende as fases de planejamento, coleta, processamento, análise e difusão, sendo que a retroalimentação do sistema ocorre apenas ao final do ciclo, não permitindo ajustes durante sua execução.

95. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

No contexto da qualidade no atendimento ao público em segurança institucional, a discrição e a objetividade são princípios que podem ser aplicados simultaneamente, sendo a primeira relacionada à reserva quanto a informações sensíveis e a segunda à comunicação clara e direta, sem ambiguidades.

96. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança orgânica, o princípio da interdependência estabelece que todas as medidas de segurança devem ser planejadas e implementadas de forma isolada, garantindo que a falha em um subsistema não comprometa os demais componentes do sistema de segurança.

97. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

No planejamento de contingências, a análise de impacto nos negócios (BIA - Business Impact Analysis) é uma ferramenta que identifica processos críticos, estabelece tempos máximos toleráveis de interrupção e determina recursos mínimos necessários para a continuidade operacional, sendo dispensável para organizações de pequeno porte.

98. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança de áreas e instalações, o conceito de "security by design" preconiza que os requisitos de segurança devem ser incorporados desde a fase de concepção e projeto das instalações, sendo mais eficiente e econômico do que adaptações posteriores.

99. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na análise de riscos em segurança orgânica, a matriz de riscos que correlaciona probabilidade e impacto é uma ferramenta exclusivamente qualitativa, não permitindo qualquer tipo de quantificação ou priorização objetiva dos riscos identificados.

100. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Nos sistemas de CFTV (Circuito Fechado de Televisão), a tecnologia de análise de vídeo baseada em inteligência artificial permite funcionalidades como detecção de comportamentos suspeitos, reconhecimento facial e contagem de pessoas, porém não elimina a necessidade de monitoramento humano para a tomada de decisões em situações críticas.

101. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na doutrina de inteligência, o princípio da oportunidade estabelece que a informação deve chegar ao conhecimento do usuário em prazo que possibilite sua utilização eficaz, mesmo que isso implique comprometer parcialmente a precisão ou a integralidade dos dados.

102. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança orgânica, o conceito de "menor privilégio" estabelece que os usuários devem ter acesso apenas aos recursos e informações estritamente necessários para o desempenho de suas funções, sendo aplicável exclusivamente a sistemas de informação e não a controles de acesso físico.

103. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Nas fontes de coleta de inteligência, as fontes humanas (HUMINT) são consideradas mais confiáveis e menos sujeitas a interpretações equivocadas do que as fontes de sinais (SIGINT) e as fontes de imagens (IMINT), dispensando verificação cruzada com outras fontes.

104. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

No gerenciamento de crises em segurança orgânica, o princípio da comunicação transparente estabelece que todas as informações sobre o incidente devem ser divulgadas imediatamente a todos os stakeholders, incluindo detalhes técnicos sobre vulnerabilidades exploradas e medidas de contenção adotadas.

105. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Na segurança orgânica, o conceito de "segurança por obscuridade" preconiza que a ocultação de informações sobre sistemas de segurança é suficiente para garantir sua eficácia, sendo uma estratégia recomendada como principal linha de defesa em instalações críticas.

106. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Os níveis de planejamento de segurança institucional são tradicionalmente divididos em Estratégico, Tático e Operacional

107. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

A metodologia de planejamento de segurança que envolve a análise de riscos, identificação de vulnerabilidades, implementação de medidas e avaliação contínua é conhecida como metodologia 5W2H.

108. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

O conceito de modularidade no planejamento de segurança institucional refere-se à divisão do plano em módulos independentes que podem ser implementados separadamente.

109. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

Em relação aos sistemas de alarme utilizados na segurança corporativa, é correto afirmar que sistemas de alarme endereçáveis permitem identificar exatamente qual sensor foi acionado, facilitando a verificação da ocorrência.

110. Julgue o item abaixo com base nas principais doutrinas sobre Segurança Orgânica.

A biometria como método de controle de acesso apresenta diversas vantagens em relação a outros métodos. Sobre a biometria, é incorreto afirmar que a biometria facial pode ser utilizada para identificação à distância, sem contato físico.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Antônio Pequeno

111. Um servidor do STM praticou um crime de abuso de autoridade.

Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para os crimes previstos nessa lei é ação penal pública incondicionada.

112. Um funcionário público praticou o crime de injúria racial, na forma do art. 2º-A da Lei nº 7.7716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada, a pena dele poderá ser majorada de 1/3 a 2/3.

113. Um jovem praticou crime cuja pena é de detenção de um ano a 2 anos. Com base na situação hipotética, e de acordo com a lei nº 9.099/1995, podemos afirmar que o crime praticado pode ser considerado uma infração penal de médio potencial ofensivo.

114. De acordo com a resolução nº 566 de 19 de junho de 2024 (que altera a Resolução CNJ nº 467/2022 que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto no art. 6º, inciso XI, e no art. 7º- A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012), o porte de arma funcional para defesa pessoal poderá ser presumido quando o policial judicial estiver empenhado em qualquer hipótese.

De acordo com a Resolução nº 435/2021 do CNJ (Política e Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário), julgue o item abaixo:

115. Somente mediante previsão em lei ou convênio específico será admitida a atuação de policiais e bombeiros(as) militares nos tribunais, sujeita à fiscalização e ao controle deste conselho e de todos os demais órgãos a ele subordinados

De acordo com a Resolução nº 383/2021 do CNJ, que cria o Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e das outras providências, julgue o item abaixo:

116. O Superior Tribunal Militar é um dos órgãos de cúpula do Sistema de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário (SInSIPJ).

De acordo com a Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue os itens de 117 a 119.

117. O indivíduo que for pego portando uma arma de brinquedo responderá pelo crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido

118. O certificado de registro de arma de fogo será expedido pela Polícia Federal e será precedido de autorização do Sinarm.

119. Responderá pelo crime de omissão de cautela por equiparação, o proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 24 (vinte quatro) horas depois de ocorrido o fato.

De acordo com a Lei n.º 5.553/1968 (Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.), julgue o item abaixo.

120. Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 3 (três) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!

https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

http://estrategi.ac/assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

http://estrategi.ac/ok1zt0